



DOI: <https://doi.org/10.22484/2318-5694.2024v12id5602>

### **Mídia, violência e alteridade: perspectivas e debates**

Media, violence, and otherness: perspectives and debates

Medios, violencia y alteridad: perspectivas y debates

**Carlos Carvalho Cavalheiro** – Universidade de Sorocaba | Sorocaba | SP | Brasil. E-mail: [carlosccavalheiro@gmail.com](mailto:carlosccavalheiro@gmail.com) | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4527-1894>



VIVIANI, Ana Elisa Antunes; DRIGO, Maria Ogécia. **Mídia, violência e alteridade**. Curitiba: Appris, 2024.



As pesquisas sobre Comunicação têm se renovado, pois as novas tecnologias demandam novos olhares e perspectivas. É com esse frescor de novidade que o livro “Mídia, Violência e Alteridade”, organizado por Ana Elisa Antunes Viviani e Maria Ogécia Drigo, foi lançado em 2024.

Reunindo nove artigos em suas 225 páginas, o livro abarca diferentes facetas da tríade formada pelos temas Mídias, Violência e Alteridade e está vinculado à pesquisa de mesmo nome com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Rodrigo Browne Sartori, ao debater sobre a alteridade, nos leva a reflexão sobre o olhar acerca do outro a partir da perspectiva colonialista que marcou os continentes invadidos pelos europeus. Como resultado, diz o autor, “A leitura ocidental responde a uma razão europeia que impõe um discurso sobre o outro”. Esses olhares sobre o outro na perspectiva europeia “só permitem a instalação de estereótipos que conduzem à violência” (p. 15, tradução livre nossa).

Gabriela Borges traz em seu texto um debate muito atual sobre como a IA pode produzir representações que alteram a perspectiva do que se considera como passado real. Partindo da propaganda comercial de comemoração dos 70 anos da Volkswagen no Brasil, com a transcrição da imagem da cantora Elis Regina, a autora debate a importância da promoção das literacias na contemporaneidade. Dentro do debate, a apropriação da imagem de Elis Regina (cantando uma música de Belchior), artistas ambos que se contrapuseram à ditadura no Brasil, sendo usados para promoção de uma marca que “agiu estrategicamente e beneficiou-se [...] durante esse período; ao mesmo tempo em que se omitiu em relação às violações de Direitos Humanos e à restrição dos direitos dos trabalhadores” (p. 31).

Dennis de Oliveira, por sua vez, traz um interessante debate de como os meios de comunicação comerciais tratam os fenômenos das relações raciais entre negros e brancos no Brasil. Oliveira faz uma análise de veículos de comunicação como o Portal UOL, a Globo News e a Folha de S.Paulo, revelando episódios em que se verifica o



deslocamento de “agendas, como a da diversidade racial e de gênero para a perspectiva mercantil, transformando a diversidade em commodity”. Isso se dá porque esses veículos de informação e comunicação se caracterizam como “instituição ideológica, mas também [como] empresa capitalista” (p. 69).

Amanda Moura e Fernanda Carrera analisam a representação das mulheres negras em capas da Revista Glamour, no ano de 2020 quando “houve mais mulheres negras do que brancas na capa” (p. 73). Discorrendo sobre a violência social das branquitudes, as autoras fazem uma análise pontual da capa de maio/junho da Revista Glamour em que aparece a cantora Iza. Destacam a escolha dessa capa por retratar “uma negra retinta, visto que, conforme pesquisa realizada [...] havia uma tendência de corpos negros ausentes ou uma escolha por mulheres negras de pele clara” (p. 86).

Andrielle Cristina Moura Mendes Guilherme e Juciano de Souza Lacerda indicam a existência de um conceito próprio de comunicação para os diferentes povos indígenas do Brasil. Entender como esse conceito se constrói pode auxiliar na correção de distorções das representações dos povos indígenas na mídia. O artigo discorre como a herança colonial permeia o discurso sobre o outro, uma vez que “a discriminação colonial do outro, [faz com que seja] apresentado como inumano universal, seja em políticas de governo, seja no sentimento de superioridade inculcado nos indivíduos pelo paradigma étnico da branquitude” (p. 106).

Pedro Barreto Pereira analisa a questão da Segurança dentro da perspectiva da Agenda Setting, “conceito que procura questionar a importância, o espaço e a ênfase de determinados temas nos veículos de imprensa” (p. 123). Ao se debruçar sobre esse tema, Pereira compara dois momentos históricos no Brasil: as eleições para o governo do Estado do Rio de Janeiro em 1986 e as eleições presidenciais no ano de 2018. A partir da verificação de dados do acervo do Jornal O Globo, conclui que “a Segurança Pública ganhou relevância a partir do fim da ditadura militar quando o discurso midiático apresentou o tema como prioridade para o público” (p. 144).



Viviane Oliveira e João Paulo Malerba discutem as estratégias das redes de mães vítimas da violência estatal frente ao discurso da mídia hegemônica, sobretudo dos programas permeados pelo populismo penal midiático. Esses programas realizam uma espécie de “Jornalismo Justiceiro”, nos quais “suspeitos são julgados ao vivo” pelos apresentadores (p. 157). Para fazer frente a esse discurso, as mães, cujos filhos foram mortos por ação dos agentes do Estado, se mobilizam e criam estratégias de disputa de narrativas dentro do “Tribunal Midiático”.

Ana Karla Flores Gimenes e Marcos Paulo da Silva realizam um estudo da cobertura jornalística dos casos de violência contra a mulher a partir da análise das fontes jornalísticas e canais de informação empregados pelo jornal Correio do Estado, de Mato Grosso do Sul (versão online). Sobre a representação da violência contra a mulher, os autores indicam que “a mídia muitas vezes reforça estereótipos, culpabiliza a vítima e transforma casos sérios em espetáculos” (p. 172).

Pietro Giuliboni Nembr Coelho e Márcia Perencin Tondato debatem como a expansão de interação nos espaços virtuais possibilitou aos usuários a geração de conteúdos e o compartilhamento de informações em redes sociais de maneira praticamente imediata. Com isso, “novas experiências de comunicação puderam ser realizadas, incentivando a criatividade de expressão e difusão de ideias como nunca antes” (p. 196).

Como se vislumbra por essa perspectiva breve do livro “Mídia, Violência e Alteridade”, esses temas, quando conjugados ao mesmo tempo, suscitam debates que apontam para uma mesma direção: a necessidade da transformação da mentalidade, a qual deve acompanhar a evolução tecnológica e a educação midiática.